Família e Papéis de Género: Alguns dados recentes do *Family and Gender Survey* (ISSP)

Lígia Amâncio*
Karin Wall**

Introdução

A investigação sociológica sobre as mudanças na esfera familiar tem mostrado as repercussões, neste domínio, das transformações ocorridas na sociedade portuguesa nos últimos 40 anos. A subida da taxa de divórcio (Torres, 1996), dos valores da cohabitação e dos nascimentos dos filhos fora do casamento (Ferreira e Aboim, 2002), assim como a descida das taxas de nupcialidade e de natalidade reflectem um acompanhamento da evolução verificada nos países ocidentais entre os anos 60 e os anos 90 (Almeida et *al.*, 1998) que se acentuou, em Portugal, na década de 90 (Wall, 2003[a]; Aboim, 2003). Dois aspectos salientam, no entanto, a especificidade da sociedade portuguesa nas comparações internacionais: a presença das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo em relação aos países do Sul da Europa, e a persistente diferenciação dos papéis de género no seio da família (Almeida, *et al.*, 1998). Tal persistência é tanto mais surpreendente quanto a investigação sociológica mostra que "a adesão à norma da igualdade conjugal, por oposição a uma concepção diferenciada dos

papéis sexuais é explicada pelas alternativas profissionais, económicas e culturais ao dispor dos cônjuges" (Aboim e Wall, 2002: 478).

Mas em Portugal continua a verificar-se uma acentuada assimetria das práticas na divisão das tarefas domésticas (Torres e Silva, 1998; Torres et *al*., 2004), das quais os homens estão praticamente ausentes, visível em todas as formas de conjugalidade (Torres, 2002), e que contradiz a "tendência de natureza modernizante, ao nível dos discursos e do próprio quadro legal, no sentido de um reforço do papel dos homens na esfera privada" (Perista, 2002: 471). Esta dimensão de continuidade em relação ao passado é corroborada por outras que lhe estão ligadas, como o facto das famílias monoparentais serem sobretudo constituídas por mulheres sós com filhos (Wall, 2003b). Como mostra o estudo de Wall (2000) este padrão de diferenciação baseado no género apresenta uma grande estabilidade ao longo das várias etapas da vida do casal e a redução do trabalho das mulheres, ao longo do tempo, que se verifica nalguns casos, resulta da participação das filhas e das empregadas domésticas, reproduzindo uma divisão feminina do trabalho doméstico. Dir-se-ia, portanto, que, no que diz respeito às posições de homens e mulheres na esfera privada, estamos perante uma mudança na permanência, como refere Bourdieu (1998) na sua análise sobre as relações de género.

* Psicóloga social, ISCTE
** Socióloga, ICS

Com efeito, a desigualdade entre os sexos na divisão do trabalho pago e não pago encontra fortes pontos de ancoragem no domínio simbólico. Se, ao nível dos valores, se verifica uma clara adesão à norma da igualdade entre os sexos e à ideia de que o trabalho constitui uma fonte de autonomia para as mulheres, a fusão da feminilidade com a maternidade e a família, assim como a ideia de que as crianças sofrem quando as mães trabalham continuam a suscitar a concordância de uma parte significativa da população portuguesa (Almeida, 2003). A dupla pressão identitária sobre as mulheres do modelo universal – masculino, prevalecente no mundo do trabalho, e feminino - específico que prevalece na sociedade (Amâncio, 1995) traduz-se,

assim, nos discursos contraditórios das mulheres, sobretudo as que exercem profissões qualificadas (Nogueira, 1996), no esforço de investimento paralelo na profissão e na família que desenvolvem e nas dificuldades com que se confrontam para negociar a sua autonomia, dependente, em larga medida, da delegação do trabalho doméstico (Torres, 2002).

Mas a desigualdade objectiva não é percebida como tal, no plano subjectivo: ambos os sexos rejeitam a injustiça que resulta do peso das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, sobre as mulheres (embora as mulheres o façam menos) e também não consideram que esta situação seja geradora de particular conflitualidade no casal (Torres e Silva 1998). Por outro lado, quando solicitados a produzir explicações para as assimetrias na divisão das tarefas recorrem a razões estereotípicas, baseadas nas 'competências' – naturais – das mulheres (Poeschl, 2000, Poeschl e Silva, 2001), ao mesmo tempo que aderem ao ideal da norma da igualdade. Ora, como mostram alguns estudos, (Roux, 1999) estas estratégias cognitivas, que consistem em 'acomodar' o discurso modernista da igualdade à ordem das representações de género, são inibidoras do desenvolvimento de sentimentos de injustiça e, consequentemente, da predisposição para a mudança.

Nesta comunicação apresentamos alguns resultados do inquérito do ISSP (International Social Survey Programme) de 2002 dedicado ao tema "Família e Género"[1]. Seleccionámos, para este efeito, resultados que combinam indicadores de representações e de práticas, uma vez que a articulação destas dimensões, como vimos, constitui um importante contributo para a análise das relações entre os sexos e de cada um deles com a família e o trabalho. Por outro lado, avançamos, no plano das atitudes face aos papéis sexuais, com algumas pistas de comparação internacional que nos permitem salientar as contradições da sociedade portuguesa neste domínio e as ambiguidades que ressaltam quando se confrontam as representações com as práticas. Assim, os resultados que passamos a apresentar, dizem respeito a dois blocos de

[1] O ISSP é uma rede envolvendo investigadores de vários países e coordenada, em Portugal, pelo Instituto de Ciências Sociais, no âmbito do projecto Atitudes Sociais dos Portugueses. Destina-se a realizar estudos sobre valores e atitudes sociais, através de metodologias extensivas, numa perspectiva longitudinal e comparativa.

perguntas do inquérito: I. Atitudes face aos papéis sexuais e II. Tomada de decisões na família, divisão do trabalho doméstico e percepção da justiça.

Resultados

O universo do presente estudo é constituído pelo conjunto de indivíduos com 18 ou mais anos de idade residentes em Portugal continental. A amostra final é constituída por 1092 indivíduos de ambos os sexos, 47.6% homens e 52.4% mulheres. 62.6% são casados ou vivem em casal e 54.1% são activos. Quanto ao nível de escolaridade completo, 18.6% não têm nenhum, 28.6% têm o ensino primário, 29.7% o básico, 15.1% o secundário e 8% o nível superior[2].

I. Atitudes face aos papéis sexuais

Foram criados 3 índices para esta análise: (a) a "divisão do trabalho pago" diz respeito ao trabalho das mulheres fora de casa, à sua independência económica e contribuição para o rendimento familiar em igualdade com o homem[3]; (b) a "divisão do trabalho não pago" diz respeito à participação dos homens nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos[4] e (c) o índice "emprego e maternidade" agrega as perguntas

[2] O baixo nível de escolaridade desta amostra prende-se com o facto de se ter pedido o nível de escolaridade completo, assim como estará ligado à idade, visto que metade da população inquirida tem 45 ou mais anos (29.7% para o grupo dos 45 aos 64 anos e 20.5% para o grupo com 65 ou mais anos).

[3] Este índice é constituído pelas perguntas "Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer ter é um lar e filhos", "Ser dona de casa / doméstica é tão gratificante como ter um emprego", "A melhor maneira de a mulher ser independente é ter um emprego", "Marido e mulher devem ambos contribuir para o rendimento do agregado familiar", "Compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher cuidar da casa e da família".

[4] Neste caso agregaram-se as perguntas "Os homens deviam participar mais nas tarefas domésticas do que participam actualmente" e "Os homens deviam tomar mais conta dos filhos do que tomam actualmente".

sobre o impacto do trabalho feminino na família[5]. Uma vez que a escala de resposta variava entre 1 (concordo totalmente) e 5 (discordo totalmente) e que a formulação das perguntas adoptava o sentido estereotípico dos papéis, os valores mais elevados correspondem a atitudes mais modernistas e os mais baixos a atitudes mais conservadoras.

Numa primeira comparação internacional, e considerando apenas países europeus do norte, centro e sul, as médias dos três índices colocam Portugal em posições significativamente diferentes (Tabela 1). Assim, a atitude mais modernista (média para Portugal = 4.1 e média geral = 3.7) verifica-se em relação à participação dos homens nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos; a participação das mulheres no trabalho coloca o país numa posição intermédia (média geral e para Portugal = 3.7), deslocando-se depois para o extremo conservador quando se trata de avaliar o impacto do trabalho das mulheres sobre a família e os filhos (média para Portugal = 2.6 e média geral = 3.2). Os resultados seguintes revelam algumas contradições com os que acabámos de apresentar, como veremos.

II. Tomada de decisão, divisão do trabalho doméstico e percepção da justiça

Considerando agora apenas os inquiridos de ambos os sexos, casados ou a viver em casal e no que se refere às perguntas sobre quem toma decisões sobre "a educação dos filhos", as "actividades comuns para o fim de semana" e a "compra de coisas para a casa que impliquem grandes gastos" as respostas incidem maioritariamente sobre a opção 'decidimos em conjunto'. A variável idade introduz uma variação significativa, já que os mais velhos distribuem as suas respostas entre aquela opção e as opções 'a maior parte das vezes a mulher' e 'a maior parte das vezes o homem', consoante as actividades. No entanto, o nível de escolaridade é a variável que introduz maiores diferenças significativas nas três perguntas (Gráfico 1), uma vez que a decisão em conjunto aumenta com o nível de escolaridade, enquanto que a decisão sobretudo da mulher, na educação dos filhos, diminui e a decisão sobretudo do homem, nas actividades de fim de semana e nas compras para a casa, aumenta. A introdução de 3

[5] Este índice resulta das perguntas "Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os seus filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa", "É provável que uma criança pequena (até ir à escola) sofra se a mãe trabalhar fora de casa" e "Bem vistas as coisas, a vida familiar é prejudicada quando a mulher trabalha fora de casa".

perguntas, na versão portuguesa do inquérito, sobre "como deveria ser" acentua a desejabilidade da decisão em conjunto, reproduzindo o perfil anterior na variação das respostas em resultado da escolaridade (Gráfico 2).

A divisão das tarefas domésticas segue um padrão perfeitamente tradicional, apesar do 'desejo' expresso de participação dos homens nas perguntas sobre as atitudes, como vimos atrás: às mulheres cabem as tarefas de tratar da roupa, limpar a casa, preparar as refeições e cuidar dos doentes (Gráfico 3), enquanto que os homens se ocupam das reparações em casa (Gráfico 4). A variável escolaridade introduz, mais uma vez, diferenças significativas. Assim, a partilha entre homens e mulheres nas compras e nos cuidados com os doentes aumenta à medida que aumenta o nível de escolaridade e a diminuição da participação das mulheres com ensino superior nas tarefas da limpeza da casa e do tratar da roupa faz-se à custa do trabalho pago de outras pessoas (mulheres, certamente). A selecção dos inquiridos que pagam a outras pessoas para limpar a casa e para tratar da roupa permitiu localizá-los na estrutura social: trata-se maioritariamente de indivíduos que usufruem de rendimentos entre os 801 e os 2500 Euros (79.8% no primeiro caso e 69% no segundo), são quadros superiores e dirigentes ou exercem profissões intelectuais e científicas (86.6% e 100% respectivamente), os seus cônjuges ou parceiro/as exercem as mesmas profissões (66.3% e 85%) e têm idades entre os 25 e os 54 anos (86.5% e 93.9%)

Quatro perguntas introduzidas no inquérito português sobre a percepção da justiça e a conflitualidade no casal em torno do trabalho doméstico apresentam resultados curiosos (Gráfico 5): em primeiro lugar, as mulheres discordam mais do que os homens que a partilha das tarefas domésticas é equilibrada, mas a conflitualidade é mais assumida pelos homens, sobretudo nos níveis de escolaridade mais elevados, do que pelas mulheres que fazem mais questão de afirmar que 'nós nunca nos zangamos por causa das tarefas domésticas'; por outro lado, embora com significativas variações entre os sexos e níveis de escolaridade, não existe um claro reconhecimento de que a divisão das tarefas é injusta e a resposta que suscita maior concordância é a que ancora a divisão das tarefas doméstica nas representações de género, ou seja, 'cada um faz o que sabe'.

A análise das horas que o/a próprio/a gasta com as tarefas domésticas, gostaria de gastar, atribui ao/à cônjuge e gostaria que o/a cônjuge gastasse vem também corroborar a normatividade daquelas representações na divisão do trabalho doméstico. Globalmente, os homens gastam menos 18 horas / semana do que as que atribuem às suas parceiras, sendo que a maior diferença entre as horas do próprio (8) e as atribuídas à parceira (29) se verifica entre os que têm o ensino primário completo e a menor diferença entre os que possuem escolaridade superior (7 para o próprio e 14 para a parceira); em termos ideais, os homens gostariam que as parceiras gastassem menos 9 horas / semana, globalmente, encontrando-se a menor diferença mais uma vez para os de escolaridade superior (4 horas apenas), mas não estão dispostos a contribuir com mais tempo – os homens sem escolaridade completa consideram mesmo que gastam mais horas (10) do que gostariam (7) (Gráfico 6). As horas que as mulheres dizem gastar (26) não são, globalmente, muito diferentes das que os homens lhes atribuem (25), embora nos níveis de escolaridade mais baixos as mulheres se atribuam mais horas a si próprias (29) do que os homens lhes atribuem (26). É nos níveis de escolaridade superior que se encontram as menores diferenças entre sexos (os homens atribuem-lhes 14 e elas atribuem-se 15), certamente devido à delegação de algumas tarefas, como se viu atrás. A diferença entre as horas que as mulheres gastam e as que atribuem aos cônjuges (21) também não é muito diferente das respostas dos homens, mas o que ressalta das respostas das mulheres é, por um lado, o forte desejo de reduzir o tempo gasto com as tarefas domésticas e, por outro lado, a timidez da exigência da participação dos cônjuges (Gráfico 7). A solução para o problema não parece, portanto, desenhar-se no seio do casal...

Discussão

As oscilações da posição de Portugal nas comparações internacionais resultam, por um lado, da forte adesão à norma igualitária da participação dos homens na esfera privada e, por outro lado, da particular intensidade da representação das mulheres como mães. Os resultados relativos às práticas mostram que é, no entanto, esta última que regula a participação de homens e mulheres nas tarefas domésticas, o que permite

compreender a grande distância que separa o dizer do fazer, neste domínio, em Portugal.

A persistência da diferenciação entre os sexos nas actividades relacionadas com o conforto da casa e o bem estar da família convive mesmo com uma crescente partilha das tomadas de decisão na família, inclusive no que diz respeito à educação dos filhos, e de outras actividades, como as compras. A solução encontrada pelos que a ela podem recorrer é a de externalizar estes serviços, em vez de negociar a sua divisão entre os membros do casal, o que poderá contribuir para a reprodução não só da feminização destas actividades, como da sua desqualificação. De facto, a existência de uma população, predominantemente feminina e desqualificada, disponível para o desempenho destas tarefas, num sector do mercado que mantém características de informalidade e pratica baixos salários são certamente factores a ter em conta na análise do papel desempenhado em Portugal pelas empregadas domésticas.

São elas que permitem às mulheres com capitais escolares mais elevados reduzir o tempo dedicado ao trabalho doméstico e afirmar a ausência de conflitualidade no casal em torno desta questão, enquanto que as mulheres com níveis de escolaridade intermédia reconhecem a existência dessa tensão mas aspiram, provavelmente, a resolvê-la da mesma forma, desde que os seus rendimentos o permitam. Não encontramos nestes dados, qualquer tendência de mudança, relativamente a estudos anteriores, já que os homens não parecem dispostos a contribuir com mais tempo nem as mulheres exigem isso deles e também não se desenha uma tendência maioritária para o reconhecimento da injustiça que marca a questão do trabalho doméstico.

Na medida em que a desigualdade entre os membros do casal continua a ser sustentada pela ideia de que cada um faz o que sabe, isso significa que as práticas ancoram nas representações de género mais tradicionais. O facto de, em simultâneo, se verificar a adesão a algumas normas igualitárias não é, em si, contraditório, se considerarmos que, para o senso comum, as primeiras se poderão inscrever em processos de transformação social, enquanto que as representações sobre homens e mulheres definem uma ordem (social) que é ditada pela ‘natureza’.

Referências Bibliográficas

Aboim, S. (2003) Evolução das estruturas domésticas. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 43, 13-30

Aboim, S. e Wall, K. (2002) Tipos de família em Portugal: interacção, valores, contextos. *Análise Social*, 163, volume XXXVII, 475-506

Almeida, A. M. N. de (2003) Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis. In Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.) *Valores sociais: Mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 50-86

Almeida, A. N. de, Guerreiro, M. das D., Lobo, C., Torres, A. e Wall, K. (1998) Relações familiares: mudança e diversidade. In José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.) *Portugal, Que Modernidade ?* Oeiras: Celta, pp.45-78

Amâncio, L. (1995) Social identity and social change. The case of gender categories. In Lígia Amâncio e Maria da Conceição Nogueira (orgs.) *Gender, Management and Science.* Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, pp. 33-42

Bourdieu, P. (1998) *La domination masculine.* Paris : Seuil

Ferreira, P. M. e Aboim, S. (2002) Modernidade, laços conjugais e modernidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento. *Análise Social*, 163, volume XXXVII, 411- 446

Nogueira, Mª da C. (1996) *Um novo olhar sobre as relações sociais de género. Perspectiva feminista crítica na psicologia social*. Dissertação de Tese de Doutoramento, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho

Perista, H. (2002) Género e o trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. *Análise Social*, 163, volume XXXVII, 447-474

Poeschl, G. (2000) Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais. *Análise Social*, 156, volume XXXV,

Poeschl, G. e Silva, A. (2001) Efeitos das crenças nas diferenças entre sexos na percepção e no julgamento das práticas familiares. *Psicologia*, volume XV, n º 1, 93-113

Roux, P. (1999) *Couple et Égalité. Le ménage impossible*. Lausanne: Réalités Sociales

Torres, A C. (1996) *Divórcio em Portugal: Ditos e interditos*. Oeiras: Celta

Torres, A . C. (2002) Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos. *Análise Social.* 163, volume XXXVII, 569-602

Torres, A. C. e Silva, F. V. (1998) Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 28, 9-65

Torres, A . C. (coord.), Silva, F. V. da, Monteiro, T.L. e Cabrita, M. (2004) *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE)

Wall, K. (coord.) (2000) *Relatório sobre as Famílias no Portugal Cont*emporâneo. Lisboa: CIES / ISCTE

Wall, K. (2003a) Famílias no Censo 2001: estruturas domésticas em Portugal. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 43, 9-11

Wall, K. (2003b) Famílias monoparentais. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 43, 51-66